



ANÁLISE DE DISCURSO: A ESCOLA FUNCIONANDO COMO UM APARELHO IDEOLÓGICO DO ESTADO ²

João Paulo de Oliveira - NEAD/UEMS - UNEMAT

Resumo: O presente artigo possui como objetivo geral analisar discursivamente o funcionamento do aparato ideológico na escola através do discurso Professor de Língua Portuguesa. Desta forma, traçamos um percurso temporal, constituindo a identidade deste sujeito, e depois procuramos analisar os discursos, através de sua representação discursiva existente em seu discurso sobre os espaços que o constitui como sujeito. Utilizamos como metodologia de pesquisa a Análise de Discurso de linha francesa. Colocando o professor como “sujeito” e tornando seu “discurso” como “corpus” desta pesquisa.

Introdução

Constituída historicamente a partir de transformações existente na sociedade durante séculos, a escola tornou-se instituição por excelência para reprodução e produção de discursos que, de determinada forma, pode ser o de influência ou de dissimular os ideais existente em uma determinada época.

Neste sentido, Aníbal Ponce esclarece que a educação, quando imposta, possui algumas finalidades: “1º destruir os vestígios de qualquer tradição inimiga; 2º consolidar e ampliar sua própria situação de classe dominante; e 3º prevenir uma possível rebelião das classes dominadas. ” (PONCE, 2003, p. 36).

Segundo Monacorda observamos no berço da civilização do antigo Império do Egito exatamente no reino de Mênfis que diretamente regulava através conceitos morais e de convivências morais através de “castas dominantes” (MONACORDA, p.11,2000). De certa forma

² Este artigo foi elaborado para aproveitamento da disciplina de Leitura Orientada, ministrada pelo Prof.Dr.Marlon Leal Rodrigues.



os ensinamentos durante este período eram “de conselhos dirigidos de pai para filho e do mestre para os discípulos” (MONACORDA, p.11,2000).

Durante o período de 2190 a 2040 a.C, percebemos inovações consideráveis na educação no que foi segundo Monacorda, ”fundamental para formação da classe dominante neste período. Não poderia ser diferente:

Ainda uma vez, junto com os filhos do rei são educados outros jovens, escolhido pelo rei, os quais acabam sendo considerados e efetivamente chamados “filhos do rei”. Temos, portanto, uma forma institucionalizada da educação(...)sede na corte ou palácio e é reservada aos príncipes régios e a outros jovens nobres ou elevados entre os nobres. (MONACORDA, p.17,2000)

Já na Grécia antiga, a escola era destinada primeiramente as habilidades de fazer e falar bem. O que observamos durante este período é que não existia nenhuma escola para sociedade governada além de “um treinamento do trabalho, cujas modalidades foram mostradas por Platão, (...): observar e imitar a atividade dos adultos no trabalho. ” (MONACORDA, p.41,2000).

Mais tarde, no período clássico da educação grega, observamos a existência de centros privados de iniciação (*thíasoi*), o interessante segundo Monacorda, é que estes centros de iniciação também eram destinados as mulheres. Neste período surge também as escolas filosóficas situadas nas periferias da Grécia, onde segundo Monacorda “surge a escola de Pitágoras” (MONACORDA, p.47,2000). Apesar da existência dessas duas escolas *thíasoi* e a filosófica as escolas ainda não era publicas segundo Monacorda.

Durante o século VI, em Atenas é atribuída uma legislação escolar que estabelecia sobre os deveres dos pais:

além de fazer aprender ler e a nadar, promover a aprendizagem de um ofício para os pobres, e, para os ricos a aprendizagem da música e de equitação, além de “praticar ginásio, a caça e a filosofia”. Além disso, davam-se disposições referentes mais de perto à escola, determinado o início e o termino das aulas, o número de alunos por classe, a idade dos alunos, como também as características dos magistrados prepostos para instrução (...). ” (MONACORDA, p.48,2000)

A intitulada escola do alfabeto surge na Grécia de forma democrática segundo Monacorda “a escola de escrita se abre” (MONACORDA, p.48,2000) na sociedade. A escola neste contexto



possui papel importante para difusão da escrita não só para as classes mais favorecidas mais também para “livres os cidadãos” (MONACORDA, p.49,2000)

A medida que a escola começa a ganhar novos simpatizantes, pela forma como se caracterizou pela classe dominante nesta época, a sociedade menos privilegiada se movimenta em busca de melhores condições sociais tornando a escola segundo Monacorda um “interesse público” (MONACORDA, p.97,2000). Desta forma as escolas conseguiram apoio do poder político para a estruturação de escolas.

Durante a Idade Média, conhecido como bizantino onde a sociedade iniciava um processo de divisão de classes e trabalho devido a separação do Estado e da Igreja, surge uma sociedade desoladora a sociedade civil e a escola que invadida pelos bárbaros segundo Monacorda. O que observamos durante este período uma enorme turbulência social que se estabeleceu em diferentes regiões:

há uma Gália barbara e uma Gália romana; na África os vândalos logo se aculturaram à cultura romana e, em grau muito menor os ostrogodos na Itália pelo menos até Teodoro, e mais tarde, os visigodos na Espanha. Britânia foi logo abandonada pelos romanos e bárbaros anglos e saxões que a invadiram, ignoravam qualquer cultura latina; esta, encontrou abrigo na Irlanda, que os romanos não tinham conquistados. As invasões violentas do século V Sucedem-se períodos de acomodação que permitem renascimentos culturais, como na Itália sob os ostrogodos, até que a tentativa de reconquistar o Ocidente por parte do Império do Oriente trouxe mais uma desolação de morte. (MONACORDA, p.107,2000)

Após a destruição e as adaptações que sociedade sofreu, durante século, os romanos conseguiram conservar sua cultura. No entanto a maioria da sociedade Romana já estava convertidos ao cristianismo segundo Monacorda, e a educação ainda continuava a ser regida a tradição clássica.

E surge escola cristã, organizada pela Igreja, que reorganizava a cultura e escola durante a Idade Média. E foi na data de 418 que o Papa, Zózimo, institui as “primeiras escolas religiosas” (MONACORDA, p.114,2000). Neste período o método de ensino contemplava a obsessão pela “memorização repetição” (MONACORDA, p.115,2000).

Como já observamos no período feudal aconteceram diversas transformações na sociedade, foi marcadamente do domínio religioso moldando o regime político enquanto havia a



divisão de classes sociais entre os senhores feudais e os camponeses. Segundo Ponce, os monastérios se tornaram as primeiras escolas, as quais desempenhavam duas funções: a primeira, a instrução de monges; e a segunda a instrução da plebe. Essa última tinha por objetivo: “Familiarizar as massas camponesas com as doutrinas cristãs e, ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas” (PONCE, 2003, p. 89). Portanto, não se ensinava os camponeses a ler nem a escrever.

O que acontece é que houve o interesse dos nobres pelo ensino das escolas (monastérios), a educação passou também a ser destinada à instrução desta classe social, em que os monastérios se tornaram internatos.

Com as transformações econômicas do século XI, a Igreja começou a deslocar as escolas monásticas para escolas catedrais. Passando, assim, o ensino a ser de responsabilidade do clero secular. Ainda neste século, com o triunfo dos burgueses mais ricos na educação, e uma pequena porcentagem de burgueses em ascensão começam a invadir as escolas à procura de instrução, e a partir deste momento, “os magistrados das cidades começam a exigir escolas primárias que as cidades custeavam e administravam” (PONCE, 2003, p. 103).

Podemos observar, que durante muitos séculos a escola sofreu grande influência na cultura e na forma de ensinar pela igreja. Porém, durante o período de 1501, já com a grande reforma Luterana, surge a figura de “Jacob Wemplefling” (Monacorda, pg.196) que propunha aos governantes da Alemanha “um projeto de ginásio para cidade” (Monacorda, pg.196). No que observamos durante esta época é a importância da reforma Luterana, para constituição este espaço discursivo o “escolar”.

No entanto para Lutero a escola deveria ser “voltada também a instrução de meninos destinados não a continuação dos estudos, mas ao trabalho”. (Monacorda, pg.196)

Com as transformações políticas e sociais ao longo do tempo as instruções começaram a atingir diversos níveis: infantil, elementares e escolas técnicas e universitárias segundo Monacorda.

Com o surgimento da revolução burguesa, surge a escola nova por onde organiza um sistema de ensino direcionado ao trabalho e aos elementos educacionais. Assim depois de um período esta escola passou a chamar-se escola ativa segundo Monacorda.



A escola Norte Americana surge com grandes avanços, porém se assemelha a escola ativa europeia segundo Monacorda. Desta forma a escola Americana não se distancia da escola europeia com o intuito de formação direcionada ao trabalho.

No século XX, com o fim da grande primeira guerra o mundo começa se transformar e alguns países iniciam projetos para reforma escolar. Desta forma aparecem novas tendências pedagógicas, divergindo com diversos ideais ensinados ainda pelas escolas católicas. Desta forma segundo Monacorda

enquanto a pedagogia católica tenta renovar-se e os marxistas experimentam o encontro entre as rigorosas teses de Marx sobre a relação instrução-trabalho e a pratica alegre das escolas ativas, enquanto a escola no seu conjunto perpetua a sua cansada rotina (MONACORDA,2001)

O amadurecimento destas novas tendência, será visível somente no final dos anos 60 segundo Monacorda. Desta forma a escola se torna essencial para o desenvolvimento da sociedade sem abrir mão da pratica de produção e reprodução.

No Brasil como já sabemos, a escola aparece com a chegada dos jesuítas durante século XV, assim nossa escola durante um grande período não diferencia com a escola europeia. Com a modernização do Brasil observamos que a escola se reorganizou de diversas formas em se sistema educacional.

Após a Revolução de 1930, um dos grandes avanços do setor da educação que se pode citar foi a criação do Ministério da Educação. Na Constituição de 1934 incluíram-se alguns pontos importantes: “A educação como direito de todos; a gratuidade do ensino primário; a assistência aos estudantes necessitados etc.” (PELLET, 2006, p. 76).

Junto à mencionada revolução, um grupo de educadores comprometidos com a renovação da educação no país reuniram suas ideias de ensino público totalmente laico e com formação superior: “todos os professores, mesmo do ensino primário devem ter formação universitária” (PELLET, 2006, p. 77). Tais ideias ficaram conhecidas através do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, redigido por Fernando de Azevedo.

A partir de 1920 com o surge no Brasil a escola novista, com pensamento liberalistas idealizadas pelos franceses e inglês que possuía em sua concepção “lutas de classes da burguesia



contra a aristocracia, e fundamentada num corpo de doutrinas que tem como valores máximos o individualismo, a liberdade a propriedade e a democracia” (JOSE FILHO 2012, p.21)

Entre os anos de 1937 a 1945 foram realizadas mudanças significativas como, por exemplo, a lei orgânica do ensino normal por meio do Decreto-Lei n. 8.530 que possuía como uma de suas finalidades “formar professores para as escolas primárias”, sendo que o ensino do normal se organizava em dois ciclos: “O primeiro com a duração de quatro anos, formava regentes de ensino primário; e o segundo, de três anos, destinava-se à formação de professores primários” (PELLET, 2006, p. 76).

Até 1964, a Lei n. 4.024 de dezembro de 1961 empolgou o Congresso agitando as opiniões de duas correntes educacionais: os defensores das escolas públicas que estavam ligados aos movimentos da escola nova em oposição aos defensores da escola privada, ligados aos meios católicos (PELLET, 2006, p.101).

Com a gratuidade da educação e direito a todos, à procura por instrução ficou maior com o passar das décadas. Com o aumento de alunos, surge a necessidade de também aumentar o número de professores que, segundo Geraldi (1997), viu-se uma “formação de professores em cursos rápidos “onde a formação destes professores ficaria marcada pelo despreparo dos profissionais da educação desta época (GERALDI, 1997, p. 124).

A fim de melhorar o desempenho dos professores, o governo ofereceu como suporte o livro didático, que seria de dois gêneros: “verdadeiros livros de textos para os alunos, e livros-roteiros para os professores”. (GERALDI, 1997, p. 125). Com acesso ao livro didático o professor entra em um processo de mecanização de ensino, seguindo os roteiros apresentados neste. No entanto, em face de tantos conflitos de ideias, observa-se que durante a transição de 1985 foi marcada pela a valorização dos profissionais da educação no artigo 206 da Constituição de 1988, valorização que fora reivindicada durante muitos séculos.

Enfim, desde a colonização do Brasil a educação foi processo de alguns pequenos grupos sem ter merecido ações de grande interesse daqueles que aqui se denominaram donos do país, até, possivelmente, o advento do movimento da Escola Nova. Porém com o aumento da população ao longo do tempo e com as reivindicações da sociedade com melhores condições de vida, saúde,



educação, segurança, emprego etc. os governos tanto da velha quanto nova República modificaram as estruturas dessas instituições para atender minimamente as reivindicações relacionadas à educação.

No entanto, dentro deste processo de mudança de estrutura da escola, a identidade do professor ficou refém das normas que foram estabelecidas pelos governos de cada época. Aquele professor (padre jesuíta, mulher pobre, professor mal preparado), sempre esteve marcado pela desvalorização aos olhos da sociedade, talvez, a era de ouro do profissional da educação ainda esteja por vir após mais uma grande virada cultural não só no Brasil mais no mundo.

Análise de discurso: Fundamentação teórica

A parti do desenvolvimento da teoria saussuriana (a Linguística) surge além da Análise de Discurso, outras áreas de pensamento como ciências: a Fonética, Linguística Aplicada, a Sociolinguística entre outras ciências. Desta forma, começou a instaurar uma nova forma no que se refere este contexto sociocultural e da comunidade de fala, examinando as condições em que a fala era produzida segundo Bortoni-Ricardo.

A análise de discurso de linha francesa que conhecemos hoje, surgem durante a década de 60 do século passado. Período marcado por diversas transformações políticas e crises econômicas.

Época também que fica marcada pela “Guerra fria”, e também pelo aparecimento de diversos movimentos sociais na França que defenderia as classes mais oprimidas da sociedade.

E foi durante os “anos 60 do século XX” (ORLANDI, 2013, p.17) que surgem os estudos com a Análise do Discurso tendo como propulsores “Voloshinov e Pêcheux”, (TAFARELLO; RODRIGUES, 2013, p. 60). Tais práticas de análise tinham a princípio, segundo Pêcheux, foco colocar em suspenso a interpretação, “já que todo fato já é uma interpretação” (PÊCHEUX, 2015, p. 44).

Deste modo, foi sobre o tripé multidisciplinar que a Análise de Discurso que conhecemos, se sustenta até nos dias atuais, assim sobre o domínio do Marxismo, Psicanalise e Linguística. Desta



forma, a Análise de Discurso interroga a língua pela sua falta de transparência e “pressupõe o legado materialismo histórico” (ORLANDI, 2013, p.19) pela falta de conhecimento histórico do próprio homem assim a história também não é transparente ao homem e assim demarca o simbólico pela Psicanálise.

Assim, que a Análise de Discurso trabalha, articulasse no entremeio dessas grandes áreas, quebrando paradigmas em sua constituição quanto ciência através de seu objeto que é o discurso segundo Orlandi.

O Discurso

Utilizando as palavras de Eni P. Orlandi: “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso de correr por, de movimento (...) é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa o homem falando” (ORLANDI, 2013, p. 15). Ainda usando mais uma definição dessa autora: “o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito” (ORLANDI, 2008, p. 56).

Desta forma, a noção de discurso, diferentemente do esquema de comunicação formada por emissor, receptor e mensagem, trata “apenas de transmissão de informação” (ORLANDI, 2013, p. 21) ao passo que o discurso para a Análise de Discurso está:

“Realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso” (ORLANDI, 2013, p. 21).

Portanto, para a Análise de Discurso este não é apenas um processo de comunicação:

No funcionamento da linguagem que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (ORLANDI, 2013, p. 21).



A linguagem neste contexto está ligada na relação existente que há entre a linguagem na comunicação e na não comunicação e nesta relação entre sujeito-sentido-efeitos é que irá definir o discurso que segundo Pêcheux é efeito de sentidos entre interlocutores.

A noção de Sujeito

Já a noção de sujeito é complexa para a Análise de Discurso sendo que para compreendê-la se recai nos mesmos estudos filosóficos, sociais e ideológicos. Desta forma o indivíduo “é interpelado em sujeito pela ideologia para que ele produza seu dizer” (ORLANDI, 2012, p. 46). A “ideologia faz parte, ou melhor é a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2012, p. 46).

Nós como sujeito, temos a ilusão de nos sermos realmente a origens daquilo p produzimos é o que de certa forma diz Pêcheux, “sob a evidencia de que “eu sou realmente eu”” (PÊCHEUX, 2009, p. 146). Assim podemos categorizar aquele sujeito físico concreto sujeito jurídico.

Por este motivo que a ideologia neste contexto da concepção do “sujeito”, nos dá as evidencias de que nós não somos este sujeito jurídico, pois através deste todo complexo ideológico nos faz retomar em todo momento aquela forma que nos identificara na relação com outro atreves do processo discursivo

Por isso é necessária uma teoria que seja “materialista do discurso - uma teoria não subjetivista da subjetividade - em que possa trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e dos sentidos (ORLANDI, 2012, p. 46).

Pensando que sempre se é sujeito e apagado como indivíduo pela interpelação da ideologia, pois é através desta interpelação que o sujeito fica submisso à língua, pode-se perceber que são essas evidências que dará “a realidade como sistema de significação percebidas, experimentadas” (ORLANDI, 2012, p. 47). Evidências essas que retoma os “esquecimentos”.



Portanto, concebendo a língua subjetivamente onde o sujeito não tem controle do que fala. Esta subjetividade é de significativa importância para a Análise de Discurso, já que é, por meio desta que, Michel Pêcheux extraindo da tese de Althusser que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeito” (ALTHUSSER, 1970, p. 93) e “Só existe ideologia para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: entenda-se, pela categoria de sujeito e pelo seu funcionamento. ” (ALTHUSSER, 1970, p. 93)

Desta forma, Althusser observa o sujeito concretamente, sendo que existe uma relação de assujeitamento entre a ideologia e o sujeito, sendo que este assujeitamento se dá através das instituições, as quais submetem às sociedades a divisão de classes.

A escola como aparelho ideológico

Como sabemos uma das intuições que pode ser considerada entre uma das mais importantes para a sociedade é a Escola. Para podemos entender como esta instituição funciona, devemos observar alguns fatores importantes que levará a algumas reflexões futuras sobre a constituição deste espaço nos discursos dos professores na escola. Althusser aborda que, “Como Marx dizia, até uma criança sabe que se uma formação social não reproduz as condições da produção ao mesmo tempo que produz não conseguirá sobreviver um ano que seja” (ALTHUSSER, 1970, p.9).

Desta forma podemos considerar com esta citação que a formação social de uma criança, inicia-se ao mesmo tempo do seu despertar escolar ou das coisas do mundo através da reprodução do que pode ser aprendida na escola ou no espaço social que vive. Assim a escola se torna um espaço por excelência de reprodução no sistema capitalista e que vivemos.

Como sabemos Marx concebe a estrutura da sociedade em dois níveis: infraestrutura e a superestrutura. No entanto ao que se refere esta dissertação o que nos interessa discutir é o fato da escola estar inserida na “superestrutura” garantindo a relação de produção e reprodução na



sociedade. A partir deste contexto, segundo Althusser, que “é possível e necessário pensar o que caracteriza o essencial da existência e natureza da superestrutura” (Althusser,1970, p.29).

Quando falamos em Aparelhos Ideológicos de Estado, estamos abordando o que “compreende: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., ” (Althusser,1970, p.29).

Desta forma os Aparelhos Ideológico do Estado funcionam de forma que prevalece a ideologia, pois segundo Althusser, “os Aparelhos Ideológicos de Estado *funcionam* pela ideologia” (1970, p.46) afetando os sujeitos até certo ponto. Se observarmos segundo Althusser de um ponto de vista sobre a “classe dominante” (1970, p.48) poderemos admitir que os Aparelhos Ideológicos do Estado podem funcionar como um Aparelho Repressivo de Estado através de “leis e decretos” (1970, p.48).

Porém o que observamos no contexto histórico nenhuma nação consegue manter-se soberana no poder por muito tempo, sem que atinja repressivamente a classe dominada. E é assim que Althusser considera que “nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de estados sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado”. (ALTHUSSER,1970, p.48)

Portanto se pensarmos que todo aparelho Ideológico do Estado pode ter sido colocado na posição do dominante podemos considerar, que aparelhada a escola, durante a lutas de classes, ela sofre grande repressão por parte do Estado. E o que observaremos na próxima citação de Althusser:

Esta tese pode parecer paradoxal, se é verdade que para toda a gente, isto é, na representação Ideológica que a burguesia pretende dar a si própria e às classes que ela explora, parece evidente que o Aparelho Ideológico de Estado dominante nas formações sociais capitalistas não é a escola, mas o Aparelho Ideológico de Estado político, isto é, o regime de democracia parlamentar nascido do sufrágio universal e das lutas dos partidos. (ALTHUSSER,1970, p.61)

Assim, podemos considerar que a escola de certa forma, pode ser uma instituição criada pela “classe dominante” (1970, p.48), para dissimular ou garantir a reprodução dos meios de produção da classe dominante através da educação da classe dominada.



Metodologia e constituição do corpus

Os discursos se caracterizam de formas específicas e são tematizados e articulados de acordo com seu “funcionamento do conjunto dos objetos inscritos em seu interior” (RODRIGUES, 2011, p. 54). Contudo, o que interessou como objeto deste artigo foi o discurso do professor de língua portuguesa, procurando analisar os discursos e as tensões existentes no espaço social (escola) onde estes sujeitos estão inseridos, que de certa forma, faz destes sujeitos (professor) em um determinado momento reivindicar sua representação identitária no espaço de suas práticas.

Como já sabemos, compreender como o discurso funciona ao ser articulado pelo professor de língua portuguesa, por isso, é tão importante os elementos ideológicos que atravessam sua produção. Desta forma, esta breve análise dos discursos dos professores do Ensino Médio de escolas estaduais da cidade de Alto Araguaia, Mato Grosso, foi contemplada por intermédio de dados coletados em questionários com perguntas discursivas, as quais, em seguida, foram agrupadas formando o corpus desta pesquisa.

Após ter sido delimitado o corpus, chega a hora de lançar o olhar para o discurso, onde ao ser analisado já produz questionamentos, procurando se posicionar diante do tema, antes levado a esquematizar dentro de “posições ideológicas colocadas em jogo” (ORLANDI, 2012, p. 43).

Ilustrados os objetivos, foi necessária uma formulação de hipótese, dentro dos discursos, hipótese essas que levaram à percepção de já tê-la ouvido ou de tudo aquilo já ter sido dito antes, sendo isto resultado de que “há uma relação entre o já dito e o que se está dizendo que é o que existe entre o interdiscurso” (ORLANDI, 2012, p. 32). E também porque quando se fala filia-se “a redes de sentidos, mas não aprendemos como falá-lo ficando ao sabor da ideologia e do inconsistente” (ORLANDI, 2012, p. 34).

Assim para nossa análise, enumeramos o questionário que foi submetido o Professor de Língua Portuguesa do Ensino Médio das Escolas Estaduais do Município de Alto Araguaia-MT,



de forma que possa ajudar a identificar em seus discursos sentidos diversos ao proferir seus discursos

Uma análise

O aparato repressivo na escola

(...) é preciso distinguir o poder do Estado (sua detenção por...) por outro o Aparelho de Estado. (...)o Aparelho de Estado compreende dois corpos: o corpo das instituições que continuam o aparelho repressivo do Estado, e o corpo de instituições que representam o corpo dos Aparelhos Ideológicos do Estado. (ALTHUSSER, 2003, p. 72)

A escola por sua vez, representa a superestrutura e que de determinada maneira é responsável através do ensino a “reprodução” do Aparato do Estado. Assim de certa forma, a escola como Aparelho Ideológico do Estado, poderíamos dizer também, que em uma determinada conjuntura, possa vir funcionar também como um Aparelho Repressivo do Estado.

Como todo “Aparelho do Estado funciona através da repressão” (ALTHUSSER, 2003, p. 73), podemos dizer que em nosso caso a Escola funcionando como Aparelho Ideológico do Estado, podendo possuir organizado no seu interior, uma divisão de classe que estabilizaria a “direção” (01), coordenação como um Aparelho Repressivo do Estado funcionando de forma que representasse o Estado.

Neste sentido o professor ao enunciar “que eu quero falar com vocês na frente dela” (04), diz deste modo mais esquece que o que diz remete um sentido das “famílias parafrásticas” (ORLANDI, 2013, p. 30), poderia dizer por exemplo neste caso que queria uma “acareação” o que provavelmente causaria sentido jurídicos em relação ao sentido da palavra. No entanto sem ter consciência do que diz o professor ao mesmo tempo evoca para escola (direção, coordenação,04) e para ele (eu,04) uma responsabilidade jurídica de intermediar a tensão discursiva existente entre estes sujeitos.



Assim o Professor utiliza a “direção e coordenação” (04) como um Aparelho Repressivo para controlar esta tensão discursiva existente entre este dois sujeito o professor efetivo e o professor interino (contratado,03).

Recontes do enunciado: 61

01-(...)você saber diferenciar ambiente de trabalho, com seu ambiente familiar e qualquer outro ambiente(...)- (D.61, E4, Q8)

02-(...)E toda vez que tive algum problema professor ou com colega vamos dizer, nunca mandei recado e nem fiquei com disse, disse, senta aqui e vamos conversar, eu sou assim. (...)-(D.1, E4, Q8)

03-(...)Teve uma vez que tive um problema com uma professora contratado(...)-(D.1, E4, Q8)

04-(...) eu fui na direção, coordenação e falei chama aquela professora lá, aqui, que eu quero falar com vocês na frente dela, e aí, ela veio e eu falei está acontecendo isso, isso vamos resolver aqui(...)-(D.1, E4, Q8)

Formação ideológica de leitores

É importante apontarmos, que atualmente as escolas, as universidades possuem papel de ensinar, para que os “sujeitos” (Pêcheux, 2009, p. 146) ,professores/ alunos, assumam uma posição na sociedade. Durante este processo de aprendizado a leitura vem sendo confundida na atual conjuntura como um processo de alfabetização.

Entretanto pressupomos a existência de uma tensão no que tange o ensino e o aprendizado entre estes “sujeitos” (Pêcheux, 2009, p. 146) (professor/aluno). Isto pode estar relacionado no problema em que, nem toda criança alfabetizada é leitora, e nem todo professor graduado talvez



seja leitor. Pressupomos, que na atual conjuntura ainda cabe ao professor (tratando aqui o professor do ensino médio) esta tarefa, formar leitores e formar-se leitor.

Desta maneira, tratando aqui a respeito do professor, o “espaço” (Pêcheux, 2009) institucional que torna fundamental para formar este “sujeito” (Pêcheux, 2009) leitor, pode ser constituído através das universidades. Já o aluno este processo pode cristalizar-se a partir do seu convívio social no seio familiar ou na escola durante seus aprendizados.

Enfim, pressupomos ser necessário que o professor goste de ler. Através da leitura o professor pode adquirir conhecimento do mundo, dos problemas da sociedade, das dificuldades de aprendizado das crianças e aí contextualiza-los durante o processo de reprodução dos conteúdos em sala de aula.

No entanto, não basta somente o professor fazer de seus alunos leitores, parece ser fundamental que este processo de influência sobre “prazer” (02) a leitura permeie o seio familiar o que venha do “berço” (02), que seja tradicional, passado de geração a geração.

No primeiro momento a concepção que se tem da leitura e a de quem lê bem, escreve bem e fala bem. Esta instrução pedagógica, atravessa a memória destes “sujeitos” (Pêcheux, 2009), através dos séculos durante a constituição indelével do professor, disse Any ao seu filho Khusitep 13º dinastia no império egípcio, -“Faz-se o que se diz quando se estuda os livros. Penetra nos livros, coloca-os no teu coração: tudo que dirás será excelente(...) (Br.291) ”- (Monacorda, p.27,2000). Este relato nos faz perceber, neste processo de concepção pedagógica, o que pressupomos ser, o esquecimento que chega a escapar na memória do professor a constituição da sua formação identitária,

No entanto, os conteúdos no que se refere a leitura nas escolas na atualidade, vem sendo incorporado no ensino de linguagem através PCNs. Enfim, é essencial que os professores as famílias e principalmente as escolas estejam comprometidas de executar as propostas dos PCNs principalmente em relação ao ensino literário já que a leitura tem o poder de transformar as crianças em sujeitos mais críticos, onde o professor representa como mediador das leituras nas escolas.

Deste modo o professor ao discursar apresenta as dificuldades existentes no que considera o meio de produção de seu trabalho através da leitura. O professor observa que não a um



comprometimento por parte da sociedade no aprendizado dos alunos. Consideramos aqui a parte essencial para o aprendizado não somente o espaço onde o aluno permanece durante seu período de aprendizado, consideramos também aqui o seio familiar que se constitui socialmente como espaço de formação de cidadão.

Assim o aluno não gosta de ler porque “já vem de berço” (02), isto aponta para um dos problemas existentes na sociedade quanto ao comportamento dos “sujeitos” (Pêcheux, 2009) em determinado “espaços” (Pêcheux, 2009) que neste caso permeia a instituição familiar.

Talvez poderíamos resumir esta problematização na falta do comprometimento que a família teria para o aprendizado do aluno uma vez que “já vem de berço” (02). Desta forma o que pode estar estabelecido neste contexto seria relação entre o aluno e sua família. Ele não lê porque seus familiares não são leitores. Assim pressupomos que professor procura desestabilizar a relação existente entre o professor/sociedade, atribuindo a sociedade a falta de interesse pela educação.

Recontes dos enunciados:19,30, 31,49

(01) - “Alguns não tem gosto pela leitura mais há sempre aqueles que gostam de ler. ” -(D.30, E2, Q12)

(02) - “Igual eu falei alguns gostam de produzir e trabalhar a leitura então em razão de gostar do conteúdo e do professor, mais alguns não tem este prazer, já vem de berço, não tem o prazer de leitura e então não vai gostar da disciplina e do professor também. ” (D.31, E2, Q13)

(03) - “Porque sempre gostei de literatura e língua portuguesa, então fiz uma coisa que goste né – estou gostando de fazer. ” (D.19, E2, Q1)

Conclusão



Considerando a proposta de analisar os discursos identitários do professor, deparamos no que pressupomos parecer um atravessado ideológico (Althusser, 2003), através das “formações ideológicas” (Pêcheux, 2009) que de certa forma parecem ser constituídas através dos “aparelhos ideológicos do estado” (Althusser, 2003). Segundo Rodrigues:

de forma geral, ao caráter individual de pessoas ou de indivíduos, no entanto, nenhum indivíduo tem sua existência por si só, ele se constitui social e historicamente, o que equivale dizer que é no seio, e só nele, de grupos quer étnicos ou sociais que os indivíduos se forma (Rodrigues, 2011, p. 27)

Neste contexto, dividido em classe, pode haver uma tensão entre os “sujeitos” (Pêcheux, 2009) que circulam neste espaço discursivo. Assim, parece que os “sujeitos” (Pêcheux, 2009) no “(idem, 2009)discurso” 5.1, ser resultados da divisão de classe existente no espaço/escolar, o professor - contratado (01) – o professor efetivo, diretor, coordenador...

No entanto, a escola como sabemos, funciona como um “Aparelho ideológico do estado” (Althusser, p. 2003) que de certa forma funciona através da repressão segundo Althusser. Organizado na escola através da “divisão de classes” como foi dito em 5.1.A coordenação ou direção funcionaria em um determinado momento como um instrumento do todo e complexo “Aparelho ideológico do estado” (Althusser, 2003) de forma repressiva. Dessa maneira, o professor efetivo tensionado discursivamente entre o sujeito/professor/ “contratado (01) em 4.3” aciona o que pressupomos ser o aparato repressivo na escola que imaginamos ser a “direção ou coordenação”, para controlar a tensão discursiva existentes entre estes “sujeitos” (Pêcheux, 2009).

Constituída institucionalmente a identidade do professor, espaço formador deste “sujeito” (Pêcheux, 2009), a leitura torna-se parte fundamental para estes “sujeitos” (Pêcheux, 2009) cristalizarem no espaço social a importância da concepção da leitura dos “sujeitos” (Pêcheux, 2009)no meio social. Desta forma no enunciado 5.2, o “sujeito” (Pêcheux, 2009) atravessado pela sua formação institucionalizada através da literatura se representa de forma que seja do influenciador a leitura no meio social.

Neste contexto estes “sujeitos” (Pêcheux, 2009) rompem a tensão existente entre o sujeito/professor e o sujeito/pai, mãe onde dizer - “já vem do berço” (02) – pode significar outros



dizeres como por exemplo dizer que os pais não educam seus filhos. Deste modo, podemos observar a claramente existência desta tensão discursiva entre esses dois Aparelhos Ideológicos do estado a Escola e a Família através destes enunciados.

O “sujeito” (Pêcheux, 2009) no primeiro momento parece desconhecer a própria história se falarmos em relação do “interdiscurso” (Orlandi, 2013) pelo apagamento quanto seu processo de egresso no espaço que o constitui na sua forma sujeito/professor no meio social se pensarmos no sentido “pre-contruido” (Pêcheux, 2009, p. 151) , em segundo lugar, o sujeito/professor, substituindo em seu “discurso” (Pêcheux, 2009) através de paráfrase, representado a ideologia institucionalizada o sujeito/professor representa sua formação e suas práticas no meio sócia através do interdiscursos , que pressupomos estabilizar sua “formação ideológica” (Altusser, 2003) institucionalizada. Isto corresponde dizer ao que Pêcheux diz:

(...)o “pre-contruido” corresponde ao sempre já ai da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (“o mundo das coisas”), ao passo que a, “articulação” constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito. (Pêcheux, 2009, p. 151)

O espaço, que caracterizam como compartilhamento de ideias- que neste caso para nós é a escola- se caracterizam como espaço de conflitos entre identidades entre o professor efetivo e o professor interino. Entre essa tensão discursiva, surge neste espaço de forma repressiva a direção e coordenação funcionando de forma que representasse centrifugamente o “aparelho repressivo do estado” (Altusser, p. 1970). Assim caracterizando a forma discursiva dominante através dos “Aparelhos ideológicos do Estado” (Altusser, p. 1970).

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença, 1970.



- ALTUSSER, L. (2003). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do estado*. Lisboa: Presença/Martins Fontes.
- BORTONI – RICARDO, Stella Maris, **Manual de Sociolinguística**, São Paulo, Contexto, 2014.
- GERALDI, João Wanderley. **Portos de Passagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- JOSÉ FILHO, Antônio. **Ensino de Português: teoria e prática, cenas históricas de uma trajetória**- Campo Grande, MS: Gráfica e Editora Brasília, 2012.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso – princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes Editores, 11ª ed., 2013.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso, uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 2009.
- PESSANHA, Eurize Caldas. **Ascensão e Queda do Professor**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.
- PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**, tradução de: José Severo de Camargo Pereira, 6ª ed, São Paulo: Editora Cortez, 1986, Coleção Educação contemporânea.
- RODRIGUES, Marlon Leal, TAFARELLO, Paulo Cesar. Ideologia e Linguagem, in **Moralis**, Edileusa Gimenes. [et.all] (organizadores)- **Linguagem, comunicação e cultura** —Campinas, Editora RG, 2013.
- RODRIGUES, Marlon Leal (org.). **Linguagem identidade gênero história**. Rio de Janeiro: Litteris ED.: Quártica Premium, 2011.
- RODRIGUES, M. L. (2010). **Discurso e Metodologia: tensão na análise**. *Interface da Educação*, 66.82.